

ATA N.º 5/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

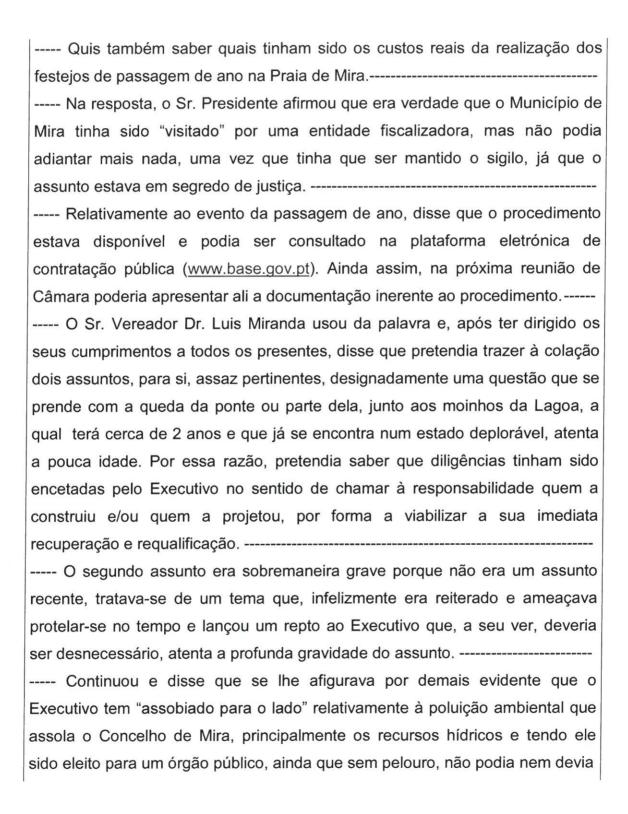
22/03/2018

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".



| Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas catorze |
|---|
| horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, |
| ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Rei |
| Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Srs. Nelson Teixeira |
| Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Drª. Dulce Helena Ramos Cainé, Dr. |
| Fernando José Domingues Madeira, Dr. Luis Manuel Simões Miranda e Drª. |
| Madalena Isabel Colaço dos Santos |
| Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Drª. |
| Carmen da Conceição Santos, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Engº. |
| Rui Manuel Reixa da Cruz Silva, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura e |
| Desporto, Dr.ª Brigite Capeloa e o Chefe da Divisão de Proteção Civil, |
| Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes |
| Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 14:30 |
| horas |
| FINANÇAS MUNICIPAIS: |
| Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 55 de 21 de março de 2018, |
| com um saldo orçamental de 300.380,30 € (trezentos mil, trezentos e oitenta |
| euros e trinta cêntimos) |
| APROVAÇÃO DE ATA: |
| ATA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018 |
| Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 27 de |
| fevereiro de 2018, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo |
| texto ter sido disponibilizado na plataforma "Arquivo" em 19 de março de 2018, |
| tendo a mesma sido aprovada por unanimidade |
| PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: |
| O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins interveio e disse que tinha chegado ao |
| seu conhecimento que a Câmara Municipal tinha sido "visitada" por autoridade |
| fiscalizadora e quis saber se era verdade e que assunto a tinha motivado |







ficar indiferente, a sua consciência não lhe permitia, ao contínuo e constante hipotecar do futuro dos seus filhos e dos filhos de todos aqueles que, fazendo do Concelho de Mira a sua casa, aqui se pretendem fixar. --------- Além do mais, esta inatividade por parte do Executivo neste assunto não limita apenas o futuro das gerações vindouras, limita também de forma inexorável o presente daqueles que retiram o seu sustento dos recursos hídricos, daqueles que fazem da natureza o principal cartaz do Concelho de Mira e apelam ao turismo. --------- Por isso, disse, deixava ali o presente repto, podia de facto, querendo, fazer-se a diferença, tinham meios processuais (previstos na CRP, no CP) e outros para o fazerem, para melhorar a vida futura dos conterrâneos e, caso não fossem tomadas providências necessárias e adequadas, num prazo razoável, os dois vereadores, eleitos pelo PS, sem pelouro, iriam tomar providências necessárias para acautelar, evitar e punir os prevaricadores pela constante poluição e degradação do meio ambiente.---------- Mais acrescentou que esperava que o Sr. Presidente, trouxesse novidades dali a 15 dias, na próxima reunião do Executivo Municipal. ---------- O Sr. Presidente da Câmara disse que estava admirado com a postura do Partido Socialista, já que o problema não era de agora, tinha mais de dez anos. Afirmou que a Câmara tem estado atenta, já fez a participação ao SEPNA e, institucionalmente, tem vindo a fazer tudo o que está ao seu alcance, tem reunido com a "INOVA", com a "Águas do Centro Litoral", a Câmara Municipal de Cantanhede, o Ministério do Ambiente, etc.. A solução definitiva passava pela execução da ETAR, havendo já a garantia de que iria ser lançado, no próximo mês de maio, o concurso para a sua conceção e execução. O Partido Socialista e o Movimento de Cidadãos Independentes tinham assumido uma posição desfavorável àquela solução, no entanto ela era considerada a melhor. Para além disso, a Câmara Municipal tem exercido pressão no Conselho

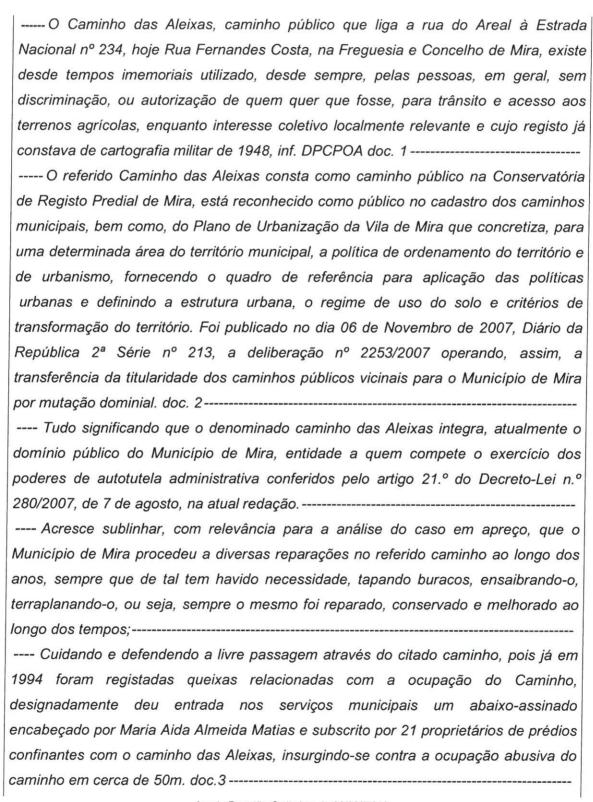


| Consultivo das Águas do Centro Litoral e no dia 04 de abril realizar-se-ia uma |
|--|
| reunião com a associação de compartes da Tocha, tendo em vista a aquisição |
| dos terrenos necessários para execução da ETAR, na qual a Câmara Municipal |
| de Mira iria estar presente |
| Por fim, disse que era importante que, sempre que houvesse |
| conhecimento da ocorrência de descargas ilegais, tais situações fossem |
| denunciadas |
| O Sr. Vereador Dr. Luis Miranda disse que folgava em saber que a Câmara |
| Municipal estava atenta e a agir e ficava a aguardar o desenlace da situação |
| Acrescentou que tanto ele como o Sr. Vereador Dr. Martins não tinham |
| filiação em nenhum partido político, o que os preocupava eram questões |
| ambientais, muito graves, as quais estavam para além da política e dos |
| partidos e afligiam todos os Munícipes e não o PS ou o PSD |
| Terminou, a dizer que apenas pretendiam que o problema tivesse uma |
| solução e não se protelasse por mais tempo |
| O Sr. Presidente disse que o sistema se tinha agravado com a entrada de |
| Cantanhede e, posteriormente, mais ainda com a entrada da Lactogal e a |
| solução passaria pelo aumento da capacidade de bombagem, sendo que a |
| solução definitiva seria através da construção da ETAR |
| Concordou que a questão não era partidária, era uma questão que |
| interessava a todos, mas lembrou que tinha ficado triste com a posição |
| assumida pelo PS aquando da adesão às ""Águas Centro Litoral", em que |
| conjuntamente com o MAR, não tinham sido favoráveis à proposta |
| Por fim, acrescentou que o Estado tinha já reportado o investimento |
| prioritário e que a Câmara Municipal já tinha feito sentir que a solução |
| provisória encontrada não era suficiente, sendo necessário avançar com outra |
| solução |



| O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins disse que o Concelho de Cantanhede |
|---|
| tinha resolvido o problema do saneamento e a empresa Lactogal, que |
| anteriormente drenava para a Vala das Levadias, agora drenava para cá e o |
| Concelho de Mira iria continuar a ter graves problemas, dadas as descargas |
| que eram feitas para as valas do concelho |
| O Sr. Presidente recordou que a adesão à SIMRia era muito anterior ao |
| seu mandato. Registou o facto de Cantanhede colaborar na matéria e estar ao |
| lado do Município de Mira, numa atuação concertada para fazer pressão e a |
| ETAR iria ser construída |
| O Sr. Vereador Nelson interveio e afirmou que o sistema de saneamento |
| tinha fusíveis de emergência, mas que estes não estavam a funcionar bem. O |
| problema não era de agora e Cantanhede estava a utilizar a cota prevista no |
| acordo. Realçou, ainda, o facto de haver também problemas de infiltrações e |
| ligações ilegais, agravado pelo facto de Mira se encontrar a jusante |
| A terminar, o Sr. Presidente da Câmara disse ainda que a localidade da |
| Lagoa tem sido muito prejudicada, o problema existia de há muito tempo, tanto |
| mais que já outrora tinham lá sido feitas chaminés para saída de gases, sinal |
| de que o problema, de facto, existia |
| PERÍODO DA ORDEM DO DIA: |
| DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: |
| DESOBSTRUÇÃO DO CAMINHO PÚBLICO DAS ALEIXAS — AUDIÊNCIA PRÉVIA |
| A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos |
| Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a |
| favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez, Dr. |
| Fernando Madeira, Dr. Dulce Cainé e Drª. Madalena Santos aprovar a |
| proposta n.º 67/2018, do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor: |
| "DESOBSTRUÇÃO DO CAMINHO PÚBLICO DAS ALEIXAS – AUDIÊNCIA PRÉVIA |





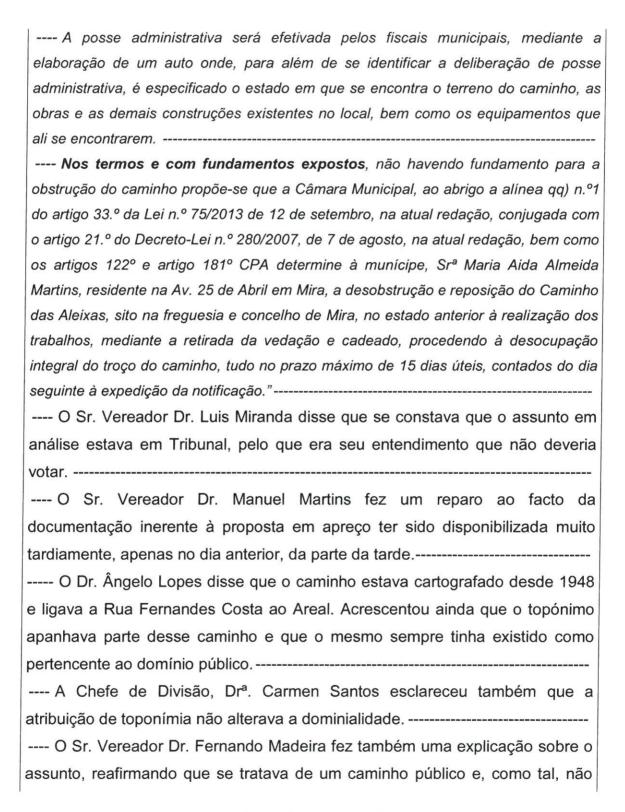


| Posteriormente no mesmo caminho público foram instaladas condutas e ramais |
|---|
| para o fornecimento de água a pedido do Sr. Manuel da Conceição no ano de 1977, |
| doc. 4, bem como, foi regularizado o licenciamento da sua habitação, porque |
| confinava com caminho público, em 1979, a qual dista cerca de 90 m da Estrada |
| Nacional nº 234; doc. 5 |
| Ali foi colocada iluminação pública, sendo a energia elétrica fornecida e paga pela |
| rede pública do Município; |
| Foram limpas pela Câmara Municipal as valetas e sumidouros para escoamento |
| de uma "Mãe de água"; |
| Foi ainda colocada toponímia no caminho, a pedido do Sr. Manuel da Conceição, |
| conforme deliberação de Câmara de 13/06/2013. doc. 6 |
| Em 2015 foi autorizada a construção de uma moradia e de muro confinante com a |
| via pública, sita na Rua Fernandes Costa, cuja requerente foi a Srª Liliana Isabel |
| Morais Cravo Roxo, à qual foi atribuído Proc. N.º01/2014/123 obra licenciada pelo |
| alvará de obras de construção nº 4/2015; |
| Em 20/07/2017 a fiscalização municipal foi chamada ao local e informou registo nº |
| 5912, que alguém tinha mandado cravar vigas de cimento com cerca de 3 m de altura |
| ao longo do caminho, com arame junto à habitação da Srª Liliana Isabel Morais Cravo |
| Roxo e que para alguma informação deveria ser contactado o Sr. Advogado Dr. Licínio |
| Palhavã, o mesmo foi notificado para prestar informações, mas nada disse doc. 7 |
| Em 7/02/2018 deu entrada nos serviços municipais nova queixa registada sob o nº |
| 946 apresentada por Liliana Isabel Morais Cravo Roxo, residente na Rua Fernandes |
| Costa, na qualidade de proprietária de prédio confinante com o caminho, solicitando a |
| intervenção da Câmara Municipal, pois a Srª Maria Aida Almeida Martins, residente na |
| Av. 25 de Abril em Mira tinha colocado uma corrente com aloquete na entrada norte do |
| dito caminho público das Aleixas impedindo a circulação de pessoas e veículos nesse |
| troço. Apenas o Sr. Manuel da Conceição e esposa tinham chave para abrir a corrente |
| para poderem aceder à sua habitação. doc. 8 |
| Em conclusão |
| Atento o exposto compete à Câmara Municipal Mira, no âmbito da sua função |
| administrativa e competência própria associada à gestão do seu domínio público de |

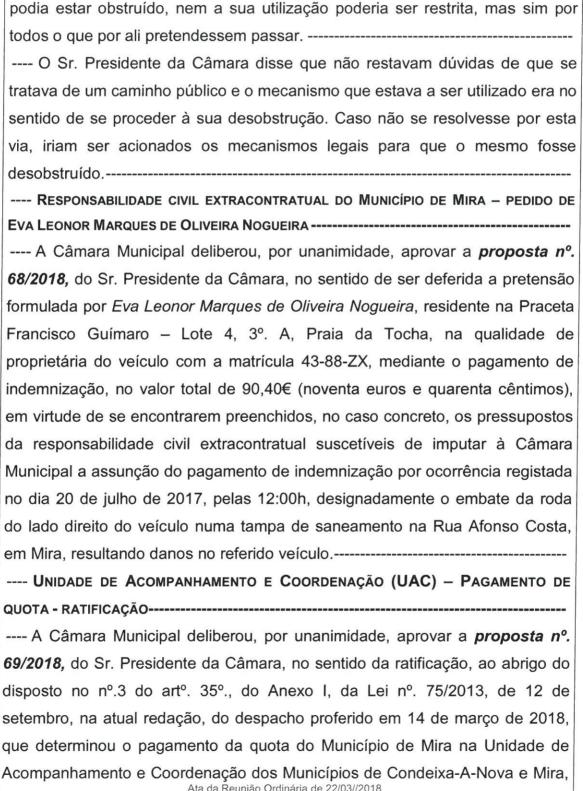


circulação defender e gerir um bem sob sua jurisdição, competindo-lhe pois, enquanto autoridade administradora, defendê-lo contra atos que o ofendam ou perturbem. Pois a autotutela administrativa dos bens dominiais compreende, desde logo, a denominada, autotutela declarativa, constituída pelos poderes de definição unilateral do direito no caso concreto, o poder de classificação dominial, quando seja posta em causa a qualidade dominial de um bem, como acontece no caso em apreço; o poder de delimitação dominial, quando esteja em causa a dúvida acerca das fronteiras entre um bem público e um bem privado; o poder de ordenar ao particular que se abstenha de adotar um determinado comportamento lesivo do bem público ou ao contrário que adote um determinado comportamento positiva, designadamente, a demolição de obras implantadas no espaço público e, em geral, a desocupação e reposição do espaço público no estado anterior à prática dos atos lesivos.--------- As entidades administrativas dispõem complementarmente dos poderes de impor coercivamente as ordens de demolição e desocupação, nas formas e nos termos previstos nos artigos, 176°, 181.º do CPA, (na falta de regulamentação aplica-se o antigo CPA) concretamente, a realização da execução diretamente ou por intermédio de terceiros e a tomada de posse administrativa necessária para aqueles efeitos (autotutela executiva). ---------- O procedimento de execução inicia-se com a deliberação para desobstrução do caminho a qual deve ser objeto de notificação ao interessado, por carta registada com aviso de receção, nos termos do disposto no artigo 122º do CPA, no prazo de 15 dias úteis contados da recção da mesma, proceder à desobstrução do caminho e repô-lo no estado inicial. ---------- A decisão de proceder à execução deverá fixar as condições do cumprimento voluntário pelo particular, incluindo a fixação de um prazo derradeiro para esse efeito, bem como, as condições de execução administrativa. No caso vertente, na falta de cumprimento voluntário, tais condições passam pela posse administrativa da vedação junto ao caminho e pela execução por administração direta, no prazo máximo de 15 dias úteis a contar da efetivação da posse administrativa, tal como é fixado para o munícipe, dos trabalhos de desocupação daquele troço do caminho. -------

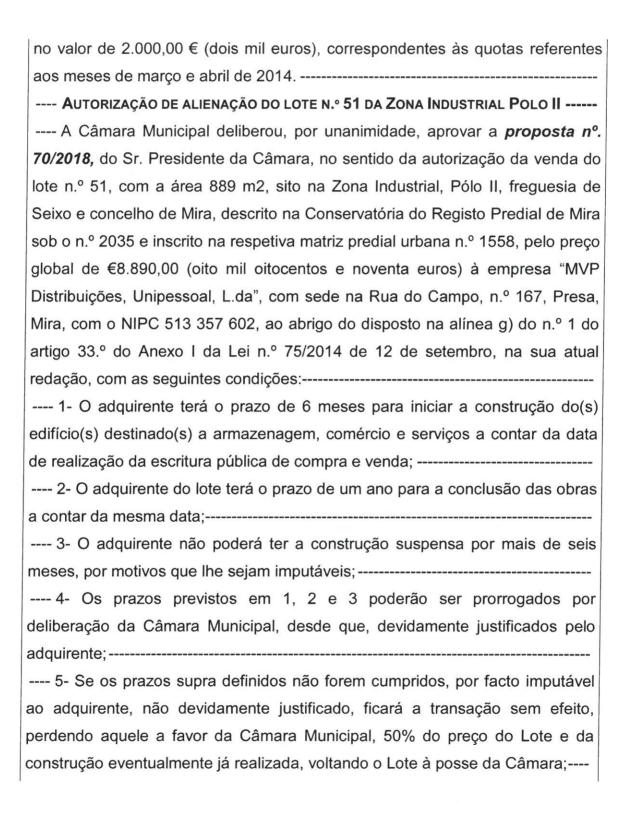




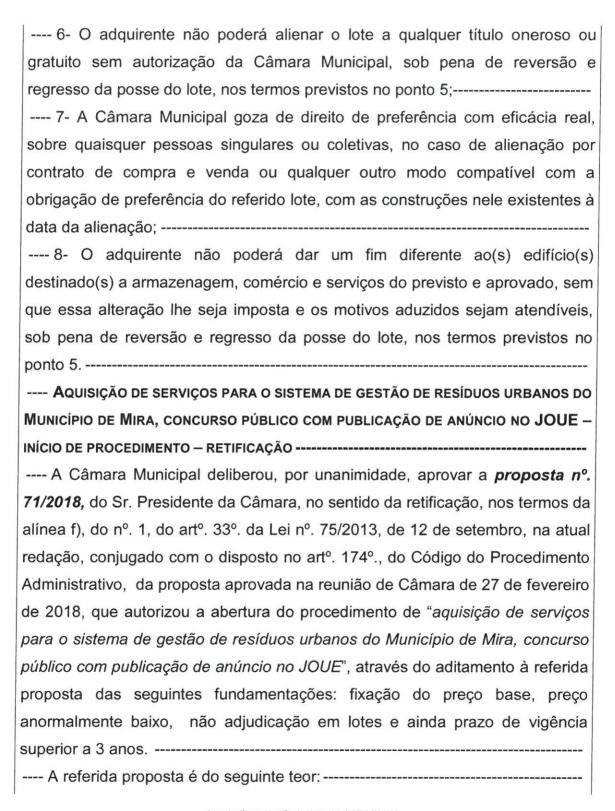




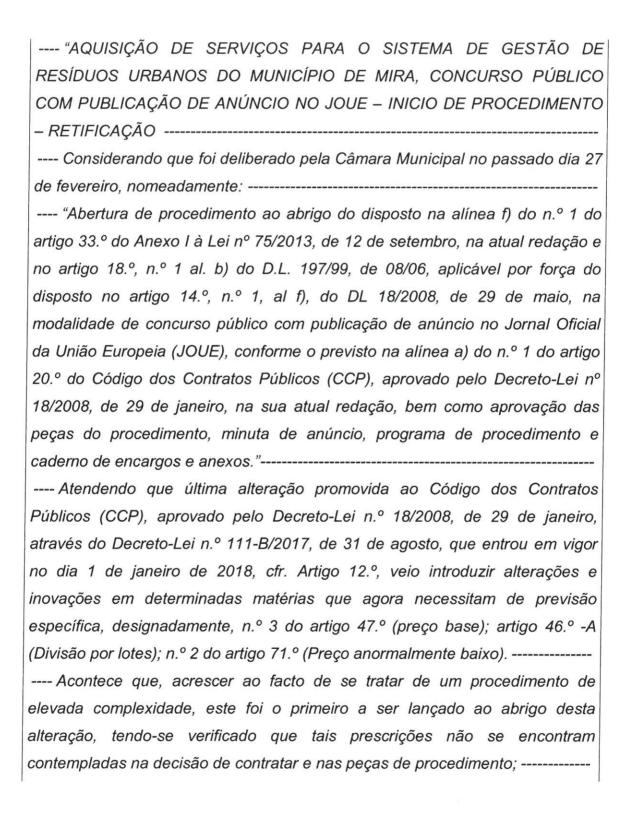




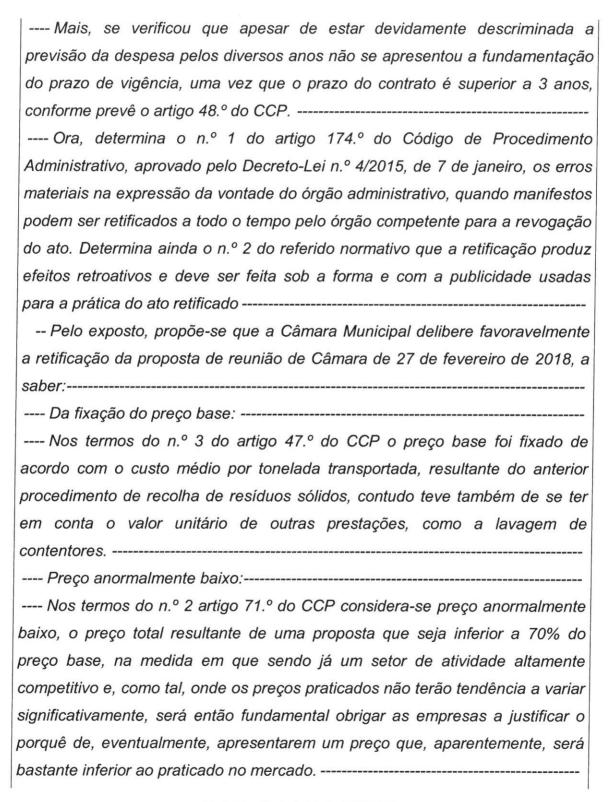




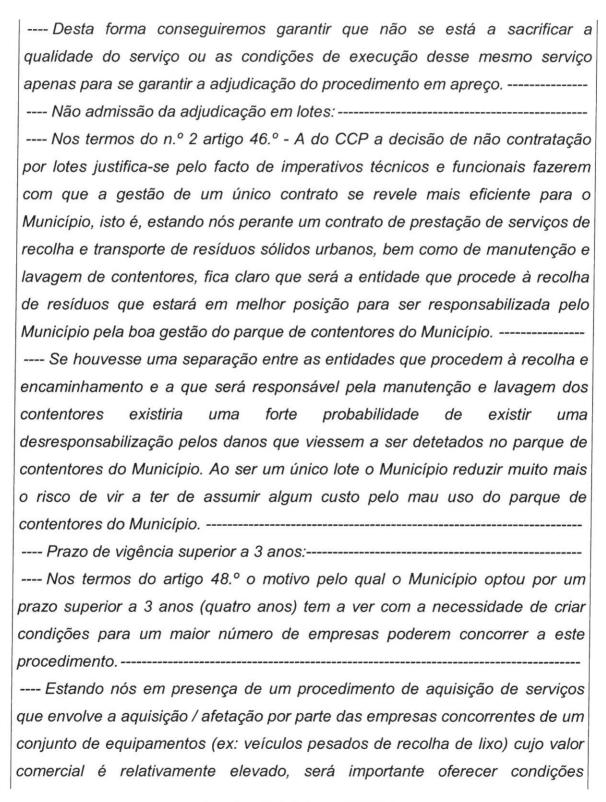








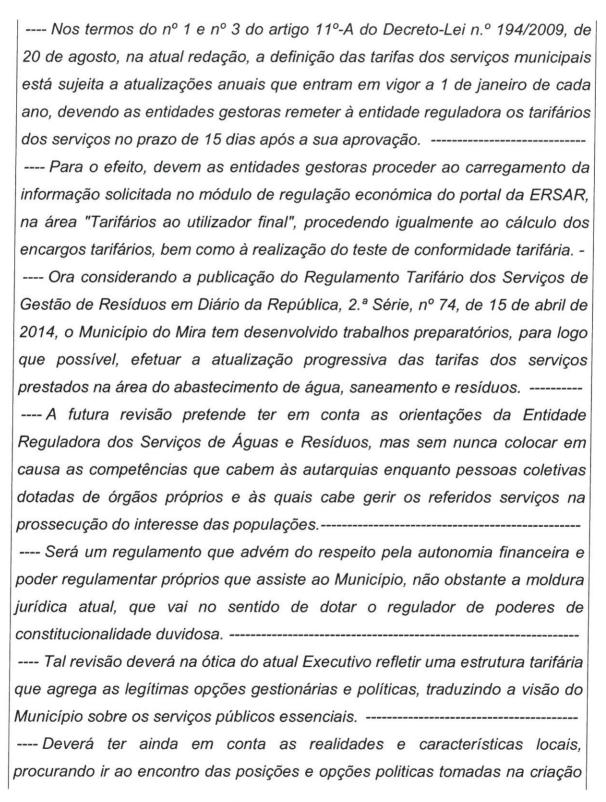




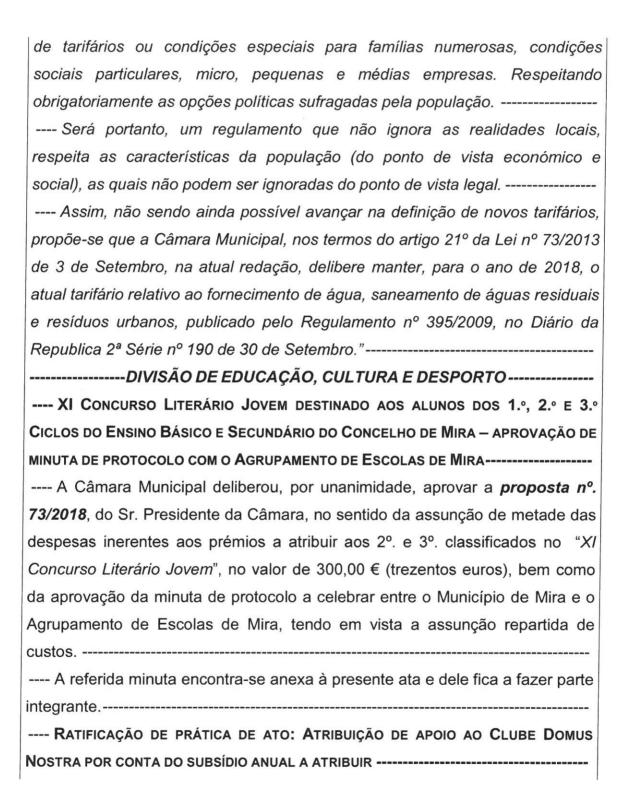


contratuais (prazo) que possibilitem, em tempo útil, a amortização dos investimentos em imobilizado, necessários à prestação desse mesmo serviço. Ao atuar desta forma, o Município estará a criar as condições necessárias para que mais empresas possam concorrer e, dessa forma, eventualmente, os preços a serem suportados pelo Município também possam baixar. ---------- Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a retificação da proposta de reunião de Câmara de 27 de fevereiro de 2018, que autorizou a abertura do procedimento referido em epígrafe, através do aditamento à referida proposta das fundamentações acima expostas, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na atual redação, conjugada com o disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo."--------- O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou se as recentes negociações para pagamento da dívida existente não poderiam fragilizar a presente negociação.--------- O Sr. Presidente da Câmara repondeu que não, uma vez que se tratava de concurso público internacional. --------- MANUTENÇÃO DO TARIFÁRIO RELATIVO AO FORNECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS URBANOS, PARA O ANO DE 2018 -------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta nº*. 72/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da manutenção, para o ano de 2018, do atual tarifário relativo ao fornecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos urbanos, publicado no Regulamento nº. 395/2009, no Diário da República 2ª. Série nº. 190, de 30 de setembro.--------- A referida proposta é do seguinte teor: --------- "MANUTENÇÃO DO TARIFÁRIO RELATIVO AO FORNECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS URBANOS. PARA O ANO DE 2018-----

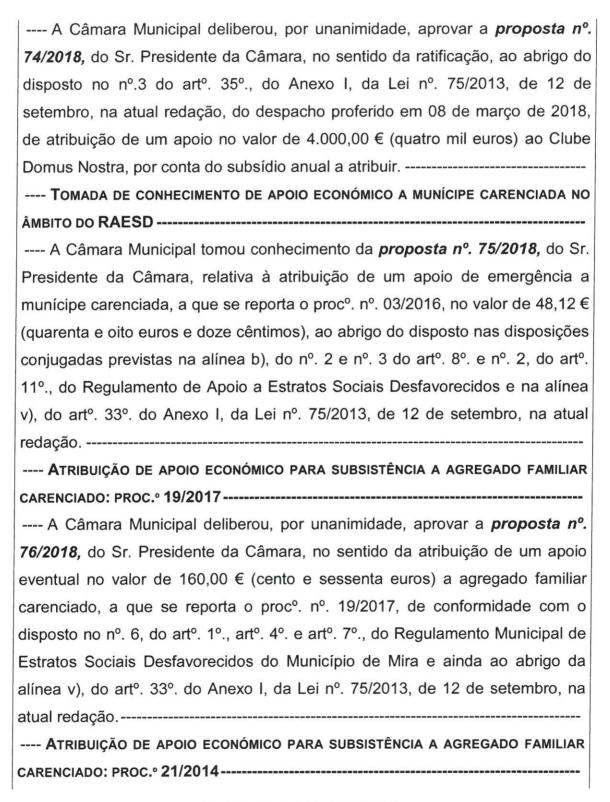




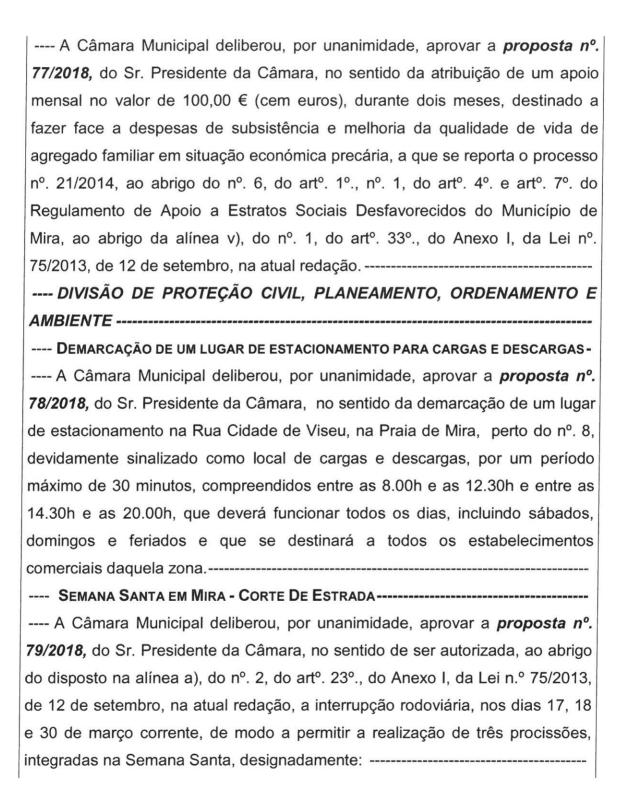




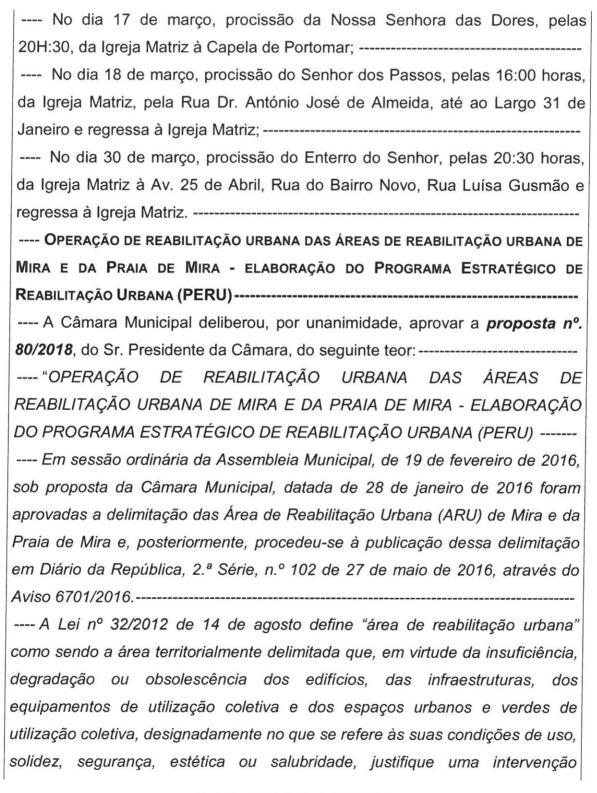




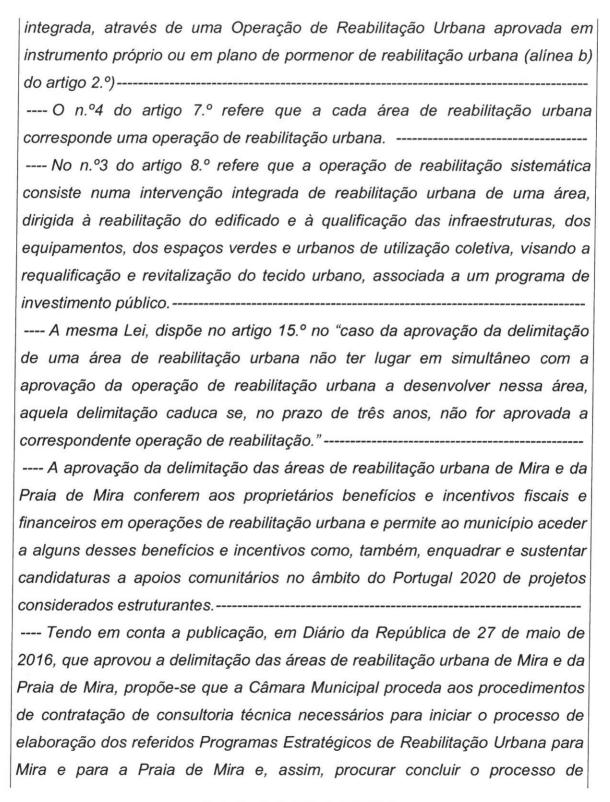




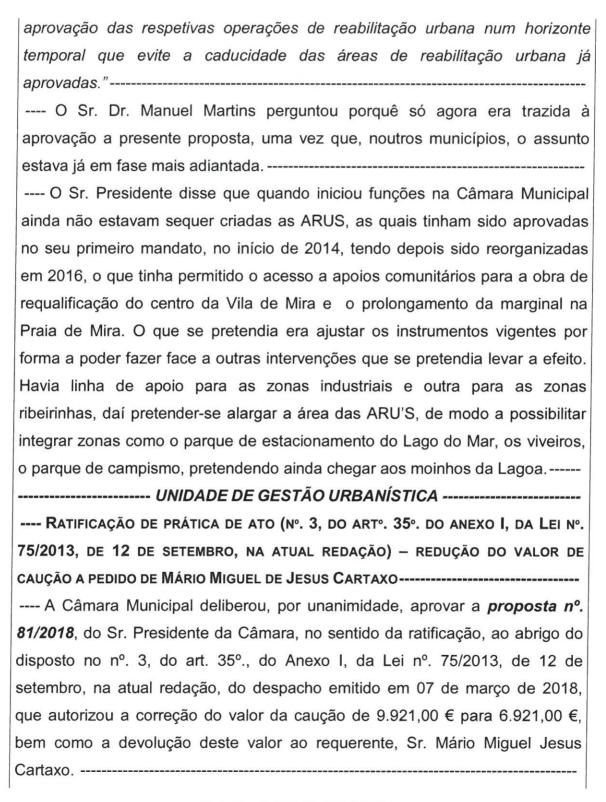














| ENCERRAMENTO |
|--|
| E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi |
| declarada encerrada a reunião, sendo 15:30h, tendo sido aprovada, por |
| unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do |
| disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de |
| setembro, na atual redação |
| E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição |
| C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi |
| (Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.) |
| - Deilitz |
| (Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio) |